



Número: **0804282-07.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONCA (AUTOR)		CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19062184	07/02/2019 00:14	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
19062186	07/02/2019 00:14	<a href="#">PROVAS DO ACIDENTE</a>	Informações Prestadas
19062187	07/02/2019 00:14	<a href="#">HOSPITAL</a>	Informações Prestadas
19062189	07/02/2019 00:14	<a href="#">INICIAL</a>	Informações Prestadas
19062190	07/02/2019 00:14	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Informações Prestadas
19062191	07/02/2019 00:14	<a href="#">DOCS PESSOAIS</a>	Informações Prestadas
19608433	07/03/2019 16:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
24697400	24/09/2019 14:46	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
24722137	25/09/2019 09:46	<a href="#">Certidão Oficial de Justiça</a>	Certidão Oficial de Justiça
24722141	25/09/2019 09:46	<a href="#">MAPFRE</a>	Devolução de Mandado





SAMU  
192  
REGIONAL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



SAMU  
192  
REGIONAL JOÃO PESSOA

CNPJ 08.806.754/0015-40  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA  
R. Diógenes Chianca, 1777  
Água Fria - CEP 58053-900  
João Pessoa - PB

## DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 810/099, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2015849, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **HERBERT HENRIQUE MARTINS DE MENDONÇA** idade 29 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Colisão carro x moto)** no dia 18/03/2018, na BR 230, nas proximidades do posto da PRF - Bayeux - aproximadamente às 22:00 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 24 de Outubro de 2018.

Jefferson da Rocha Augusto  
Estatístico  
CRE/5ª Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto  
Matrícula: 67.155-6  
Coordenação do SAME  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB  
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125







**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 09563.01.2018.1.00.401**



CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 09563.01.2018.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 08:48 horas do dia 10 de dezembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por Valderêdo Elpídio dos Santos, Agente de Investigação, matrícula 1273051, ao final assinado, compareceu **Herbet Henrique Martins de Mendonça**, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Motorista, filho(a) de Geneide Maria Martins dos Santos e Francisco Simplicio de Mendonça, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 18/12/1988 (29 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Abel da Silva, Nº 671, bairro Cruz das Armas, tendo como ponto de referência Perto Radio Comunitária, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 99326-4606.

**Dados do(s) Fatos:**

Local: Perto da Prf, Bayeux/PB, bairro Manguinhos; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 19/03/18 22:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

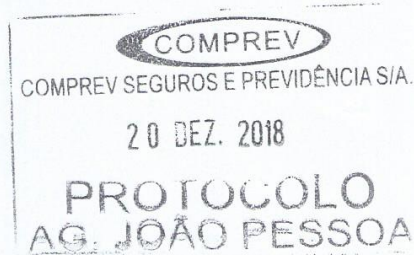
Conta que se deslocava em sua motocicleta HONDA FAN, 125, PLACA NQJ-6199PB, COR VERMELHA, na BR 230, nas proximidades da PRF, por voltas das 22:30 hs, quando de repente surgiu em sua frente um animal (cavalo) vindo colidir com esse animal, caiu ao solo, sendo socorrido pelo SAMU, para o Hospital de Traumas de João Pessoa; Que lá foi atendido conforme o Laudo Médico nº 1069945; Que veio registra o fato para requerer administrativamente o seguro DPVAT.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 10 de dezembro de 2018.

VALDERÊDO ELPÍDIO DOS SANTOS  
Agente de Investigação

HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONÇA  
Noticiante



Procedimento Policial: 09563.01.2018.1.00.401







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONÇA  
DATA DE NASCIMENTO 19/12/88  
NOME DA MÃE GENEIDE MARIA MARTINS DOS SANTOS

### DADOS EXTRAÍDOS DO BOLETIM DE ATENDIMENTO

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1069945  
DATA DO ATENDIMENTO 19/03/18  
HORA DO ATENDIMENTO 00:19  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA  
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE VERTEBRA L5,S1.  
CID 10 S32.0

### AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO,REFERINDO DOR NA REGIÃO LOMBAR.PRESENÇA DE ESCORIAÇÕES EM ANTEBRÇO ESQ. E DIR. , JOELHOS , PÉ ESQ. AVALIADO PELA CIRURGIA GERAL, NEUROCIRURGIA

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC DE COLUNA DORSAL, TC DE COLUNA LOMBO-SACRA  
RX COLUNA LOMBO-SACRA

### RESULTADOS DOS EXAMES:

TC DE COLUNA - FRATURA DE PROCESSO TRANSVERSO DE L5 DIR. , E LAMINA POSTERIOR DIREITO DE S1

### TRATAMENTO:

TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE VERTEBRAS + COLETE DE PUTTI

ALTA HOSPITALAR: 20/03/18  
DATA DA EMISSÃO: 18/06/18

*Elivaldo Sales de Toledo*

Cirurgião Geral  
CVB/HEETSHL  
CRM 1873/PB

COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

Dr. ELIVALDO SALES DE TOLÊDO  
CRM: 1873/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

PROTÓCOLO  
AG. JOÃO PESSOA





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONCA  
DATA DE NASCIMENTO 19/12/88  
NOME DA MÃE GENEIDE MARIA MARTINS DOS SANTOS

### DADOS EXTRAÍDOS DO BOLETIM DE ATENDIMENTO

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1069945  
DATA DO ATENDIMENTO 19/03/18  
HORA DO ATENDIMENTO 00:19  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA  
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE VERTEBRA L5, S1.  
CID 10 S32.0

### AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, REFERINDO DOR NA REGIÃO LOMBAR. PRESENÇA DE ESCORIAÇÕES EM ANTEBRÇO ESQ. E DIR., JOELHOS, PÉ ESQ. AVALIADO PELA CIRURGIA GERAL, NEUROCIRURGIA

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC DE COLUNA DORSAL, TC DE COLUNA LOMBO-SACRA  
RX COLUNA LOMBO-SACRA

### RESULTADOS DOS EXAMES:

TC DE COLUNA - FRATURA DE PROCESSO TRANSVERSO DE L5 DIR., E LAMINA POSTERIOR DIREITO DE S1

### TRATAMENTO:

TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DE VERTEBRAS + COLETE DE PUTTI

ALTA HOSPITALAR: 20/03/18  
DATA DA EMISSÃO: 18/06/18

*Elivaldo Sales de Toledo*  
Cirurgião Geral  
CVB/HEETSHL  
CRM 1873/PB

COMPREV  
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

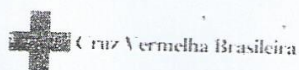
Dr. ELIVALDO SALES DE TOLÊDO  
CRM: 1873/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS,  
MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

23 DEZ 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA







Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

AREA LARANJA UDC

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

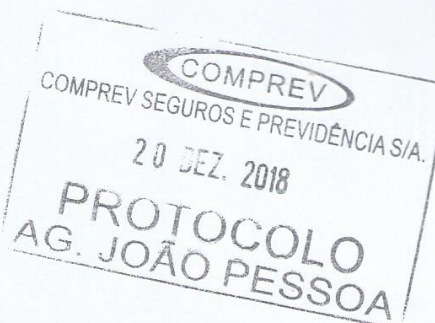
Tel: 32165700

CNES: 2458276

Paciente <b>HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONCA</b>		BAE <b>1069945</b>	Data/Hora Entrada <b>19/03/2018 00:19:01</b>	Data Baixa
Data de nascimento <b>19/12/1988</b>	Idade <b>29</b>	Sexo <b>Masculino</b>	CNS <b>702403037739522</b>	Telefone de Contato <b>(83) 988413501</b>
Mãe <b>GENEIDE MARIA MARTINS DOS SANTOS</b>				Prontuário
Endereço <b>Abel da Silva, 671</b>		Bairro <b>Cruz das Armas</b>	Município <b>JOAO PESSOA</b>	UF <b>PB</b>
Acidente <b>QUEDA / OUTROS</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>		Profissional <b>LUIZ RICARDO SANTIAGO MELO</b>	Nº Cons. Regional <b>4687/PB</b>
Data/Hora Classificação <b>19/03/2018 00:19:01</b>			Data/Hora Prescrição <b>19/03/2018 20:17:41</b>	
Convênio <b>SUS</b>		Nº Matrícula	Senha	
<b>Anamnese</b>				
NEUROCIRURGIA - MANTENDO DOR LOMBAR, TC FRATURA DE PROCESSO TRANSVERSO DE L5 A DIR E LÂMINA S1 (LAUDO ANEXO). CD: ANALGESIA, COLETE DE PUTTI				
<b>Dados coletados anteriormente</b> <b>utilizar na impressão?</b>				
<b>Conduta</b>				
Em observação				

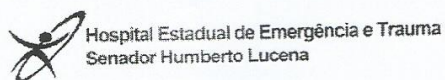
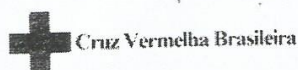
HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONCA

LUIZ RICARDO SANTIAGO MELO  
(CRM: 4687/PB)



Printado por: THATIANE MARQUES VIEIRA BRAGA em: 11/03/2018 00:19:06





AREA LARANJA UDC

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 2458276

Paciente <b>HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONCA</b>	BAE 1069945	Data/Hora Entrada 19/03/2018 00:19:01	Data Baixa 2018-03-20 11:07:09.0
Data de nascimento 19/12/1988	Idade 29	Sexo Masculino	CNS 702403037739522
Mão <b>GENEIDE MARIA MARTINS DOS SANTOS</b>			Telefone de Contato (83) 988413501
Endereço Abel da Silva, 671			Bairro Cruz das Armas
Município JOAO PESSOA			UF PB
Acidente <b>QUEDA / OUTROS</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>MAURO DE FREITAS GUERRA TERRA</b>	Nº Cons. Regional 6018/PB
Data/Hora Classificação 19/03/2018 00:19:01		Data/Hora Prescrição 20/03/2018 11:07:15	
Convênio SUS	Nº Matrícula	Senha	

**Anamnese**

trm lombar(fratura do processo transversal L5 a direita+fratura S1);refere leve lombalgia.  
ao exame:glasgow 15,asia-e,eupneico,hemodinamicamente estavel  
cd:alta hospitalar com colete de Putti+acompanhamento ambulatorial no htop

**CID10**

Código	Descrição
T14.9	Traumatismo não especificado

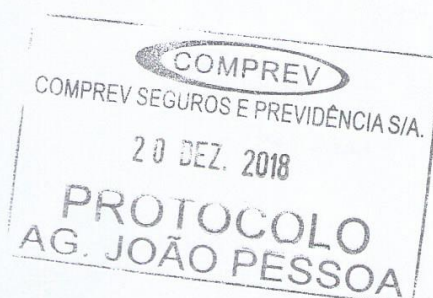
**Conduta**

Alta médica

**Alta Hospitalar**

Usuário <b>MAURO DE FREITAS GUERRA TERRA</b>	Data e Hora 20/03/2018 11:07:09
Motivo de Alta <b>ALTA HOSPITALAR</b>	Observações

HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONCA

MAURO DE FREITAS GUERRA TERRA  
(: 6018/PB)

Boletim registrado por: THATIANE MARQUES VIEIRA BRAGA em 19/03/2018 00:19:06

Assinado eletronicamente por: CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO - 07/02/2019 00:13:52

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19020700120562700000018549355

Número do documento: 19020700120562700000018549355

Num. 19062187 - Pág. 3



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ(A) DA VARA CÍVEL DA**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA PB**

**REQUERIMENTOS PRELIMINARES:**

**a) Justiça Gratuita, com supedâneo na Lei 1.060/50 e Súmula 29 do TJPB, por ser, a parte au-tora, desprovida de condições para as despesas processuais.**

**HERBERT HENRIQUE MARTINS DE MENDONÇA** por suas advogado(as) que esta subscrevem, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações e notificações na Av. 13 de maio 791 – Jaguaribe – JOÃO PESSOA PB – CEP 58015-170 vem, mui respeitosamente, perante V.Exa. com supedâneo na Lei 6.194/74 e demais legislações pertinentes, ajuizar a presente Ação de

**COBRANÇA DE DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS**  
(DPVAT - invalidez -S/ Laudo)

Em face da

**MAFPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 61.074.175/0001-38, End. Eletr.: “WWW.mapfre.com.br/seguro-br”, Av. Eptácio Pessoa, 723 - Estados - JOÃO PESSOA PB - CEP 58030-000

**I- DO FATO**

1. Na data de 19/03/2018 foi vítima de acidente de trânsito, conforme inclusos Boletim de Ocorrência Policial e/ Declaração do SAMU e Boletim de Atendimento Médico, DO HOSPITAL DE TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA sofrendo sequela nos joelhos, pé esquerdo e região lombar em vértebra L5 S1 CID 10 S 32.

**II- DAS PRELIMINARES**



. É praxe das Seguradoras, em Contestação, arguir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:

a) Ilegitimidade passiva: Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: “Inocorrência. Consócio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido.” e “... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.”

b) Carência de ação – Falta de interesse de agir: A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: “O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo...”. Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar pretensão resistida, o que, neste item, data vênua, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, a parte autora buscou a esfera administrativa mas a seguradora exigiu documentação fora do texto da lei que fala que a simples prova do acidente, a autora juntou BO SOCORRO DO SAMU e todas as provas inerentes ao acidente. Acontece que o promovente procurou a via administrativa sinistro de nº 3180598523 e não foi submetido a perícia sem nenhuma informação

c) Documentos Indispensáveis: Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, inclusive do Laudo Médico do hospital com todo o prontuário. Há que se atentar que, quando do recebimento administrativo, é realizado exame por profissional designado pela própria Demandada (sem isenção quanto ao Profissional do juízo), entretanto, o conteúdo do resultado nunca chega às mãos da Parte Autora e nem é carreada aos autos pela Demandada, quando citada. Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: “1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória”. acontece o que anda sendo recorrente aos beneficiários do DPVAT, que tem seu direito NEGADO SEM SE SUBMETEREM A UMA PERICIA. ORA EXCELENCIA O ÚNICO





PROFISSIONAL COMPETENTE PARA AVALIAR SEQUELAS É UM MEDICO PERITO , NESTA AÇÃO O PROMOVENTE JUNTOU TUDO EXIGIDO PELA LEI E FICOU AGUARDANDO A PERICIA QUANDO RECEBEU UMA CARTA EM ANEXO AOS AUTOS DIZENDO APENAS “PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO”

d) Megadata: Tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT. Mas a autora nada recebeu.

e) Prescrição: O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: “o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade la-boral”. No presente caso o prazo foi interrompido em 30/set/15, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo.

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, consideradas impugnadas na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.

### III- DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

3. É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, A Parte Autora buscou, na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido com a parte ré criando obstáculos e exigências documentais impossíveis e fora do texto da lei que regula o DPVAT.

4. Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora FALTANDO APENAS A PERICIA

### IV- DO DANO MATERIAL:

5. Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:

“Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição”.



Art. 884. “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita à atualização dos valores monetários”.

## V- DO DIREITO

6. Quanto ao Direito á percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

7. Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

“§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.”

## -V- DO PEDIDO:

9. PELO EXPOSTO, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c o art. 3º e 5º alínea “II” da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a parte requerida no pagamento da indenização em epígrafe, fundada na perícia acostada aos autos , no valor de ate R\$ 13.500,00 ,(treze mil e quinhentos reais ) referente ao seguro DPVAT, face a debilidade permanente sofrida pela Parte Autora ) adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, requerendo, ainda, o seguinte:

a. Ab initio, deferimento da(s) preliminar(es) prefacial(is) (1ª pág. da presente);

b. Citação da Promovida através de AR (Correios - Art. 221 I do CPC) no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de acordo e/ou contestação;

d. Contestação apresentada pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item “2”) e juntado e o encaminhamento a perícia Laudo de Exame Médico e, ainda, considerando que toda a documentação exigida





pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de Sentença com base no Exame Pericial, razão por que a Parte Autora, na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.

e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;

f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

**G Os benefícios da Justiça Gratuita, com supedâneo na Lei 1.060/50 e Súmula 29 do TJPB, por ser, a parte au-tora, desprovida de condições para as despesas processuais**

Dá, à presente, o valor de R\$ 13.500.00 para efeito fiscal.

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

JOÃO PESSOA PB, 06 de janeiro de 2019.

Clarissa R. D. Cardoso  
14138 /PB

IZAURA SANTANA OAB  
OAB 9271

## QUESITOS

1 RESULTOU SEQUELA \_\_\_\_\_

2 A QUANTIFICAÇÃO \_\_\_\_\_



## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE: *Herbert Henrique Martins de Almeida Moraes*  
*Salvador, matricula patada do CPF 086823364*  
*resolvida em Rua A. L. L. Silva 871 Cruz das*  
*Armas*

**OUTORGADO(S):** IZAURA FALCÃO DE CARVALHO E MORAIS SANTANA,  
Brasileira, casada OAB 9271 PB E CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO,  
brasileira, solteira, OAB14138, ambas com endereço na AV 13 de Maio 791 Centro  
João Pessoa tel 988008299/999667181/988447962

**PODERES:** usar dos poderes da cláusula ad judícia, extra e ad negocia, receber  
citação inicial, transigir, desistir, firmar compromisso, inquirir, concordar,  
impugnar, assinar a termo, requerer medidas preparatórias e preventivas,  
acordar em audiência de conciliação como se o próprio outorgante fosse, em  
qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, defender seus interesses especialmente,  
ou seja, somente para propor AÇÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS E  
requerer benefício juntar e retirar e requerer documentos, fazer  
declarações e justificações, receber pensões, vencimentos ou auxílios,  
vencidos e vincendos, assinar livros e termos, dar recibos e quitações,  
endossar cheques recebidos para qualquer Banco ou para a Caixa  
Econômica Federal e Estadual, BANCO BRADESCO E OUTROS  
descontá-los; praticar, enfim, todos os demais atos que forem  
necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato e que necessite  
de sua presença, outorga ou assinatura, inclusive requerer, recorrer,  
constituir advogado com poderes da cláusula "ad judícia" com os mais  
amplos poderes em qualquer juízo, instância ou tribunal Requerimento de  
JUSTIÇA GRATUITA, vem respeitosamente à presença de Vossa  
Excelência através de seu(s) procurador(s) constituído, declarar sob as  
penas da lei que não possui condições financeiras de arcar com os  
encargos processuais sem afetar o sustento da própria família. Destarte,  
requer a Vossa Excelência, a concessão dos benefícios da Justiça  
Gratuita, para o exercício de seus direitos e garantias fundamentais  
constitucionalmente assegurados.

João Pessoa 06 Junho de 2019

*Herbert Henrique Martins de Almeida Moraes*  
OUTORGANTE





VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

1152839326

INTERPRINT LIDA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONCA

Nº REGISTRO 05157700305

2018

086.823.364-13

CPF 086.823.364-13

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF 3469590 SSDS PB

DATA NASCIMENTO 19/12/1988

FILIAÇÃO FRANCISCO SIMPLICIO DE MENDONCA

GENEIDE MARIA MARTINS DOS SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB. AD

VALIDADE 12/06/2020

1ª HABILITAÇÃO 11/03/2011







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0804282-07.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

De modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM e calcado no direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF).

**Cite-se e intime-se a parte ré para cumprimento da presente decisão, bem como para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Defiro o pedido de gratuidade judiciária.

Publique-se. Intime-se.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Comarca da Capital**  
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR  
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

**MANDADO DE CITAÇÃO**

Nº	DO	PROCESSO:	0804282-07.2019.8.15.2001		
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO	COMUM	CÍVEL (7)
ASSUNTO(S)	DO	PROCESSO:	[ACIDENTE	DE	TRÂNSITO]
AUTOR:	HERBET	HENRIQUE	MARTINS	DE	MENDONCA
<b>RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A</b>					

**Nome:** MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
**Endereço:** AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP:  
5 8 0 3 0 - 0 0 0

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 24 de setembro de 2019

De ordem, ROSANGELA HOLANDA DE ARAUJO  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19020700121599400000018549357  
PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX





## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 25/09/2019, às 09h00min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, o **Sr. LUCAS SOUSA ESPÍNOLA**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa, 25 de setembro de 2019.

**GIOVANNY MEDEIROS VILLAR**

Oficial de Justiça Avaliador

Mat. 470.252-2



Successfully created

Poder Judiciário da Paraíba  
9ª Vara Cível da Comarca da Capital  
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR  
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

### MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0804282-07.2019.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
AUTOR: HERBET HENRIQUE MARTINS DE MENDONÇA  
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Nome: **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

Endereço: **AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 24 de setembro de 2019

De ordem, ROSANGELA HOLANDA DE ARAUJO  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19020700121599400000018549357  
PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



Assinado eletronicamente por: ROSANGELA HOLANDA DE ARAUJO

24/09/2019 14:46:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 24697400



19092414461811400000023904064

MAPFRE SEGUROS  
Lucas S. Espinola  
Assistente Comercial

imprimir

25/09/2019

24/09/2019 18:09



Assinado eletronicamente por: GIOVANNY MEDEIROS VILLAR - 25/09/2019 09:46:30  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092509463012100000023927820>  
Número do documento: 19092509463012100000023927820

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 25/09/2019, às 09h00min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu representante legal, o **Sr. LUCAS SOUSA ESPÍNOLA**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa, 25 de setembro de 2019.

  
**GIOVANNY MEDEIROS VILLAR**  
Oficial de Justiça Avaliador  
Mat. 470.252-2

